



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rayra Sousa Leal

**Entre Ideias e Mudanças: O *Big Push* para a Sustentabilidade e o caso do Fórum da
Geração Ecológica**

João Pessoa - PB
2026

Rayra Sousa Leal

Entre Ideias e Mudanças: O *Big Push* para a Sustentabilidade e o caso do Fórum da Geração Ecológica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em formato de artigo científico como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Dr. Pascoal Teófilo Gonçalves

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L435e Leal, Rayra Sousa.

Entre ideias e mudanças: o Big Push para a sustentabilidade e o caso do fórum da geração ecológica / Rayra Sousa Leal. - João Pessoa, 2026.
49 f. : il.

Orientação: Pascoal Teófilo Gonçalves.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Fórum da Geração Ecológica. 2. CEPAL. 3. Big Push para a sustentabilidade. 4. Mudança institucional. 5. Difusão de ideias. I. Gonçalves, Pascoal Teófilo. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

RAYRA SOUSA LEAL

"Entre Ideias e Mudanças: O Big Push para a Sustentabilidade e o caso do Fórum da Geração Ecológica"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 04 de agosto de 2026



Documento assinado digitalmente
PASCOAL TEOFILO CARVALHO GONCALVES
Data: 07/08/2026 15:19:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves - (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Documento assinado digitalmente
MARIANA PIMENTA OLIVEIRA BACCARINI
Data: 07/08/2026 15:22:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mariana Pimenta de Oliveira Baccarini - (Membro 2)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Documento assinado digitalmente
JULIA SILVA RENSI
Data: 07/08/2026 15:35:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Julia Silva Rensi - (Membro 3)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

DEDICATÓRIA

*- Dedico este trabalho a todos que, diariamente, me
lembram que vale a pena ser uma pessoa boa e que
a vida presta.*

AGRADECIMENTOS

De início, eu não queria muito escrever os agradecimentos. Pois foi tão difícil o processo de escrita desse trabalho, que eu só queria escrever o mínimo possível, entregá-lo e seguir em frente. Mas então percebi que é justamente por isso, que tenho muito a agradecer por conseguir terminá-lo.

Meu primeiro agradecimento é a Deus. Foi graças a Ele que eu aprendi sobre o poder do amor.

Nessa mesma linha, agradeço aos meus pais, que me deram a vida e o meu primeiro contato com o que significa ser profundamente amada. Eles me deram tanto, sou eternamente grata. Mas, sem dúvida, o maior presente que recebi deles foi minha irmã. Agradeço muito pela vida de Rayssa, porque foi com ela que aprendi o que é amar incondicionalmente alguém.

Mas, minha vida também é recheada de outros amores. Ainda dentro das proteções de casa, agradeço a Babá, que foi minha segunda mãe. Não sei se estaria aqui sem ela. Agradeço também à toda a minha família, que é enorme e sempre fez parte de quem eu sou. Eu não consigo imaginar minha infância, e consequentemente, minha juventude, sem vocês, primas e primos, lhes amo muito. Obrigada também à vizinha, às minhas tias e aos meus tios. Os senhores foram alicerces para além da minha casa e pessoas com quem sempre pude contar.

Como não falar também do meu grupo de amigos? Vocês são poucos, mas imensamente importantes. Eu não teria atravessado a graduação sem vocês. Vocês iluminaram e salvaram os meus dias em João Pessoa tantas vezes. Joyce, Lucas, Gabi, Ana, Maria Clara, Madu, Tarso, obrigada por terem continuado me mostrando como o amor pode ser lindo e ir muito além dos laços de sangue.

Faço aqui um agradecimento especial a três cidades: Petrolina, João Pessoa e Arequipa. Cada uma delas me ensinou, à sua maneira, que sou capaz de ir muito longe. Aprendi que, tendo raízes sólidas e sabendo que sempre tenho para onde voltar, posso ir a qualquer lugar, seja outra cidade ou outro país, e ainda assim consigo ser feliz, realizar sonhos e amadurecer de uma forma linda.

Agradeço também ao curso de Relações Internacionais da UFPB e a toda a comunidade que o compõe. Vocês me fizeram perceber que eu não estava errada por querer “dar jeito no mundo” e que discutir política e questões sociais faz sentido. Isso foi muito poderoso para mim, obrigada por me manterem acreditando.

Ainda na UFPB, não poderia deixar de agradecer ao professor Pascoal. Professor, o senhor foi como um pai durante a graduação. Sua paciência, suas palavras de incentivo e a confiança que depositou no meu potencial, fizeram toda a diferença para que eu chegasse até aqui. Obrigada por todas as oportunidades e orientações.

Faço ainda um agradecimento especial a uma pessoa: meu psicólogo, Leo. Ele representa todos os profissionais dessa área tão bonita que, ao longo da minha vida, me ajudaram a me descobrir, a cuidar de mim e, aos poucos, a me tornar um ser humano cada vez melhor, do meu próprio jeito. Obrigada, terapia.

Por fim, quero agradecer a mim mesma. À Rayra que enfrentou desafios pessoais, acadêmicos, profissionais e de saúde, mas que continuou tentando. Foi por sempre tentar mais uma vez, mesmo quando não acreditava completamente que seria possível, que cheguei até aqui. Obrigada por não desistir. No fim das contas, sou muito grata por ser uma péssima pessimista.

RESUMO

Estabelecido em 2021 pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal, o Fórum da Geração Ecológica reuniu especialistas para elaborar propostas legislativas voltadas ao desenvolvimento sustentável, concluindo suas atividades em 2022 com um relatório final contendo vinte e seis projetos de lei. Este trabalho analisa o processo de criação e desenvolvimento do Fórum enquanto caso de mudança institucional, buscando compreender como o *Big Push* para a Sustentabilidade, difundido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), influenciou esse processo. Adota-se como referencial teórico a abordagem de Campbell (2004) sobre o papel das ideias na mudança institucional, em diálogo com a literatura sobre difusão internacional e Organizações Internacionais (OIs). Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso único, qualitativo, com dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com dois atores-chave e análise documental de fontes institucionais primárias. Os resultados indicam que o Fórum constitui um caso de mudança institucional evolutiva, na qual o paradigma internacional de desenvolvimento sustentável, consolidado pela Agenda 2030 e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi traduzido regionalmente pela CEPAL no *Big Push*, e difundido ao cenário doméstico brasileiro por meio de disseminação discursiva, assistência técnica e abertura de espaços de diálogo, com a agência de um empreendedor institucional. Essa difusão materializou-se em transformações nas dimensões cultural-cognitiva e regulativa da CMA, consolidadas no arcabouço legislativo apresentado no relatório final do Fórum.

Palavras-Chave: Fórum da Geração Ecológica, CEPAL, *Big Push* para a Sustentabilidade, Mudança institucional, Difusão de ideias.

ABSTRACT

Established in 2021 by the Environment Committee (CMA) of the Brazilian Federal Senate, the Ecological Generation Forum brought together specialists to draft legislative proposals aimed at sustainable development, concluding its activities in 2022 with a final report containing twenty-six bills. This study analyzes the process of creation and development of the Forum as a case of institutional change, seeking to understand how the Big Push for Sustainability, disseminated by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), influenced this process. Campbell's (2004) approach to the role of ideas in institutional change is adopted as the theoretical framework, in dialogue with the literature on international diffusion and International Organizations (IOs). Methodologically, this is a single qualitative case study, with data collected through semi-structured interviews with two key actors and documentary analysis of primary institutional sources. The results indicate that the Forum constitutes a case of evolutionary institutional change, in which the international paradigm of sustainable development, consolidated by the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs), was regionally translated by ECLAC into the Big Push, and diffused into the Brazilian domestic context through discursive dissemination, technical assistance, and the opening of spaces for dialogue, with the agency of an institutional entrepreneur. This diffusion materialized into transformations in the cultural-cognitive and regulative dimensions of the CMA, consolidated in the legislative framework presented in the Forum's final report.

Keywords: Ecological Generation Forum. ECLAC. Big Push for Sustainability. Institutional change. Diffusion of ideas.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	9
2- INSTITUIÇÕES, MUDANÇA INSTITUCIONAL E IDEIAS: O DEBATE INSTITUCIONALISTA.....	11
3- DAS IDEIAS À MUDANÇA INSTITUCIONAL: A ABORDAGEM DE CAMPBELL.	15
3.1- Afinal, o que caracteriza a mudança institucional?.....	15
3.2 - O que são ideias?.....	16
3.3- Quem coloca as ideias em movimento?.....	17
3.4- Por meio de que mecanismos a mudança pode ocorrer?.....	19
4 - O CASO DO FÓRUM DA GERAÇÃO ECOLÓGICA.....	22
4.1 - Nível internacional: O Big Push para a sustentabilidade.....	23
4.2 - Nível doméstico: O Fórum da Geração Ecológica.....	26
4.3 - A institucionalização da ideia.....	30
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE A - PERGUNTAS REALIZADAS NA ENTREVISTA COM ATOR DOMÉSTICO.....	38
APÊNDICE B - PERGUNTAS REALIZADAS NA ENTREVISTA COM ATOR INTERNACIONAL.....	40
APÊNDICE C - TABELA COMPARATIVA DOS PROJETOS DE LEI RESULTANTES DO FÓRUM.....	43

1- INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a urgência envolvendo as mudanças climáticas consolidou a necessidade de um modelo de desenvolvimento sustentável como um dos principais referenciais das agendas internacionais, mobilizando organizações internacionais, Estados e diferentes atores sociais em torno da formulação de políticas voltadas à transição para modelos de desenvolvimento que atendam as necessidades atuais sem prejudicar as futuras gerações (World Commission on Environment and Development, 1987). Nesse contexto, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, representam um dos principais marcos desse processo ao estabelecerem um conjunto de princípios e objetivos compartilhados internacionalmente, consolidando um novo paradigma internacional de desenvolvimento (Organização das Nações Unidas, 2015).

No contexto latino-americano, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desempenha papel relevante ao traduzir esse paradigma em recomendações voltadas à realidade regional, especialmente por meio da ideia do *Big Push* para a Sustentabilidade. Essa proposta pode ser compreendida como uma articulação de políticas coordenadas por diferentes atores, capazes de impulsionar investimentos nacionais e estrangeiros, voltados à promoção do crescimento econômico, geração de emprego e renda, redução de desigualdades e brechas estruturais, e promoção da sustentabilidade (Gramkow, 2019).

Na esfera nacional, o Fórum da Geração Ecológica surge em 2021 como uma iniciativa do senador Jaques Wagner (PT-BA) no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal, desenvolvendo suas atividades ao longo de um ano e culminando na aprovação de um relatório final contendo 26 Projetos de Lei (Agência Senado, 2022). É interessante demarcar que o fórum é concebido com dois propósitos centrais: criar um espaço democrático e participativo de debate e, a partir dele, elaborar um arcabouço legislativo capaz de orientar o Brasil para uma transição ecológica (Senado Federal, 2022). Nesse sentido, argumenta-se que o paradigma da sustentabilidade e a ideia do *Big Push* estão explícitas na introdução do relatório final do fórum, ao evidenciar a necessidade de viabilizar essas agendas no Brasil (Senado Federal, 2022).

Diante desse cenário, o fórum pode ser compreendido como um caso de mudança institucional dentro da CMA, na medida em que sua criação e seus resultados evidenciam a incorporação de novas ideias que foram difundidas e traduzidas do plano internacional para o plano doméstico.

Compreender esse processo exige, entretanto, ir além da descrição factual do Fórum, demandando um referencial teórico capaz de explicar como ideias formuladas no plano internacional conseguem influenciar processos de mudança institucional no plano doméstico. É nesse ponto que a literatura institucionalista, e mais especificamente a discussão sobre o papel das ideias na mudança institucional fornecida por Campbell (2004), se mostra particularmente relevante, ao oferecer categorias analíticas capazes de qualificar tanto o tipo de ideia em circulação quanto os atores e os mecanismos causais responsáveis pelo fenômeno de mudança. Complementarmente, dialoga-se com a literatura sobre Organizações Internacionais (OIs), demarcando as OIs como atores com autoridade reconhecida e dotados de capacidade de influenciar a política doméstica dos Estados através das ideias (Barnett; Finnemore, 2004; Béland; Orenstein, 2013). Essa contextualização permite compreender o papel específico desempenhado pela CEPAL nesse processo, enquanto organização internacional capaz de formular, traduzir e difundir ideias entre o plano internacional e o doméstico.

Diante disso, este artigo busca responder "Como se deu o processo de criação e desenvolvimento do Fórum da Geração Ecológica, enquanto espaço de mudança institucional?" Para responder a essa pergunta, sustentamos o argumento de que o *Big Push* para a Sustentabilidade foi difundido pela CEPAL até o Fórum e identificamos os mecanismos de difusão que explicam esse processo. Assim, foram definidos os seguintes objetivos: I. Compreender a literatura acerca do papel das ideias na mudança institucional e os seus mecanismos de difusão; II. Entender o papel da CEPAL e do seu *Big Push* para a Sustentabilidade no contexto do Fórum; III. Analisar o Fórum da Geração Ecológica em profundidade, identificando seu processo de idealização, seus objetivos, etapas de implementação, atores envolvidos e resultados obtidos, de modo a compreendê-lo enquanto expressão de mudança institucional.

Do ponto de vista metodológico, este artigo caracteriza-se como um estudo de caso único (Yin, 2015), de natureza qualitativa, tendo o Fórum da Geração Ecológica como objeto central sendo investigado dentro do seu contexto real. Para a coleta de dados, foram utilizadas como principais ferramentas a entrevista semiestruturada e a leitura de documentos relevantes. Sendo assim, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com atores-chave do processo analisado: Entrevistado 1 (2023), assessor do gabinete do senador Jaques Wagner à época do Fórum, com participação direta em seu planejamento e execução; e Entrevistado 2 (2024), integrante da CEPAL com atuação direta ligada à difusão do *Big Push* para a Sustentabilidade no Brasil. Importante destacar que o uso das informações coletadas nas

entrevistas foi formalmente autorizado pelos participantes e que foi preservado o anonimato dos mesmos, além de que as perguntas realizadas em ambas as entrevistas estão descritas no Apêndice A e Apêndice B. Paralelamente, foi realizada a leitura de documentos de fontes institucionais primárias, entre elas o relatório final do Fórum e os documentos conceituais da CEPAL sobre o *Big Push*, permitindo a triangulação dos dados coletados.

A relevância desse artigo se justifica, em primeiro lugar, pela urgência da temática abordada, uma vez que a transição para um desenvolvimento sustentável figura atualmente como um dos principais desafios enfrentados tanto pela agenda internacional quanto pela agenda doméstica brasileira. Nesse contexto, o Fórum da Geração Ecológica desempenhou papel estratégico ao elaborar propostas legislativas voltadas ao fortalecimento da transição ecológica no país (Senado Federal, 2022). Em segundo lugar, a pesquisa contribui para a literatura ao analisar um objeto ainda pouco explorado. Embora existam estudos sobre iniciativas relacionadas ao *Big Push* para a Sustentabilidade no Brasil (Gramkow, 2020), o Fórum da Geração Ecológica permanece praticamente inexplorado sob a perspectiva da mudança institucional e da difusão internacional de ideias. Ao analisá-lo a partir da abordagem de Campbell (2004), este trabalho contribui para aproximar a literatura sobre ideias e mudança institucional de um caso empírico contemporâneo da política ambiental brasileira.

Por fim, este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta o debate institucionalista acerca das instituições, da mudança institucional e do papel das ideias, situando este trabalho na abordagem desenvolvida por Campbell (2004). A segunda aprofunda essa perspectiva teórica, explorando suas categorias analíticas e estabelecendo diálogos com a literatura sobre Organizações Internacionais. A terceira aplica esse arcabouço teórico ao caso empírico do fórum, analisando o processo de difusão internacional de ideias e sua relação com a mudança institucional observada na CMA do Senado Federal.

2- INSTITUIÇÕES, MUDANÇA INSTITUCIONAL E IDEIAS: O DEBATE INSTITUCIONALISTA.

Os estudos institucionalistas não nascem diretamente do campo das relações internacionais, mas chegam até ele. É possível identificar, no interior do institucionalismo, diferentes vertentes que, embora compartilhem algumas premissas, apresentam interpretações distintas acerca de conceitos como instituições, mudança institucional e papel das ideias (Campbell, 2004; Perissinotto; Stumm, 2017). Para contextualizar tal fato, serão apresentadas

três vertentes: o Institucionalismo da escolha racional (IER), o Institucionalismo histórico (IH), e o Institucionalismo sociológico (IS). Dentro de cada uma dessas abordagens, será destacada a visão de como é entendida a mudança institucional e o papel das ideias em cada uma.

Nesse contexto, inicia-se o debate institucionalista com o Institucionalismo da Escolha Racional. Para os estudiosos dessa corrente, as instituições são regras formais e informais que moldam a sociedade e as interações entre os indivíduos, os quais realizam cálculos racionais e são guiados pela maximização de seus interesses (North, 1990). Ao compreender as instituições como regras criadas e moldadas por meio de uma lógica racional, com custos materiais e imateriais envolvidos, entende-se que elas pressupõem estabilidade. Nesse sentido, as mudanças são vistas como “custos”, de modo que os atores levam em consideração o quadro institucional existente e tendem a optar apenas por ajustes marginais ou mudanças incrementais (North, 1990).

Embora o Institucionalismo da Escolha Racional atribua centralidade aos interesses e aos cálculos estratégicos dos atores, alguns autores passaram a questionar se essa explicação seria suficiente para compreender os processos decisórios. Nesse contexto, Goldstein e Keohane (1993) argumentam que os interesses, por si só, não conseguem fornecer respostas para todas as escolhas políticas. Assim, incluem as ideias como variável explicativa, mas as enxergam em segundo plano, como “crenças” que influenciam os indivíduos, moldando a forma como interpretam a realidade, atribuem noções de moralidade e compreendem seus próprios interesses.

Porém, nota-se que, mesmo com as contribuições feitas, a tentativa de incluir as ideias não consegue se encaixar por completo no modelo racional limitado e na perspectiva de interesse atribuída pelos estudiosos do IER (Schmidt, 2010). As instituições permanecem sendo compreendidas principalmente como constrangimentos que organizam as escolhas dos atores, enquanto as ideias atuam como elementos auxiliares, ou secundários, na interpretação dessas escolhas.

Diferentemente do Institucionalismo da Escolha Racional, o Institucionalismo Histórico compreende que as instituições são um conjunto de regras e procedimentos formais que constroem os indivíduos, mas que seus efeitos não podem ser explicados apenas pela racionalidade dos atores. As instituições, também contribuem para a formação de preferências e para a consolidação de práticas sociais duradouras, influenciando a forma como os indivíduos interpretam seu contexto e orientam suas ações. Dessa forma, a análise institucional passa a incorporar a dimensão temporal, reconhecendo que decisões

semelhantes, tomadas em contextos diferentes, podem gerar resultados distintos, justamente porque a experiência histórica importa e, uma vez estabelecidas, as instituições tendem a produzir efeitos duradouros sobre trajetórias futuras, caracterizando processos de dependência de trajetória (*path dependence*) (Hall; Taylor, 2003; Perissinotto; Stumm, 2017).

Seguindo a linha da importância do *path dependence* para os institucionalistas históricos, a mudança institucional também é compreendida a partir desse conceito. Assim, busca-se explicar a mudança de uma instituição por meio da perspectiva do equilíbrio pontuado (*punctuated equilibrium*). Esse equilíbrio é caracterizado por longos períodos de estabilidade e continuidade, intercalados por momentos de situações críticas (*critical junctures*), que abrem janelas de oportunidade para a ocorrência de mudanças institucionais significativas (Hall; Taylor, 2003).

Quanto ao papel das ideias, pode-se considerar que o institucionalismo histórico ocupa uma posição intermediária entre a lógica instrumentalista apresentada pelos institucionalistas da escolha racional, e a lógica da adequação associada ao Institucionalismo Sociológico (Campbell, 2004). Nesse sentido, parte dos estudiosos vinculados ao IH começam a reconhecer que as ideias podem desempenhar um papel relevante em suas análises, alguns partindo da lógica de que as ideias são condicionadas pelas instituições, enquanto outros avançam ainda mais ao reconhecer os impactos que as ideias podem causar nas instituições (Schmidt, 2010).

Apesar dessa abertura ao papel das ideias, o Institucionalismo Histórico não desenvolve uma explicação sistemática sobre como elas atuam nos processos de mudança institucional, tendo dificuldades para definir o seu papel e compreender como podem afetar as tomadas de decisões. (Campbell, 2004; Perissinotto; Stumm, 2017).

É nesse contexto que o Institucionalismo Sociológico ganha relevância, pois não necessariamente passa por um processo de virada ideacional, já que coloca, desde o princípio, as ideias em destaque, entendendo-as em seu caráter normativo, cognitivo e como sistemas de significado (Schmidt, 2010). Assim, o Institucionalismo Sociológico surgiu dentro do debate da teoria das organizações, que questiona a lógica racionalista de que as organizações seguem apenas uma perspectiva de maximização da eficiência, e passam a considerar que elas seguem uma lógica de adequação, em busca de maior legitimidade dentro do seu ambiente institucional (Hall; Taylor, 2003). Sendo assim, para essa corrente as instituições passam a incluir, para além dos aspectos normativos, estruturas culturais informais, símbolos e esquemas cognitivos que guiam e modulam a ação social (Campbell, 2004).

Sendo assim, como as instituições constroem os significados e os modelos cognitivos por meio dos quais os atores interpretam o mundo, elas influenciam a ação desde o momento em que os indivíduos concebem ou imaginam quais cursos de ação são possíveis em determinado contexto (Hall; Taylor, 2003). No que se refere à mudança institucional, há consenso de que as ideias, expressas em esquemas cognitivos e princípios normativos, desempenham papel fundamental na análise desse processo, uma vez que influenciam a forma como os atores interpretam a realidade e definem o que é considerado apropriado e legítimo (Campbell, 2004).

Dialogando com essa literatura, Campbell (2004) busca aprofundar a compreensão do papel das ideias nos processos de mudança institucional. Embora reconheça as importantes contribuições do Institucionalismo Sociológico para recolocar as ideias no centro da análise institucional, o autor argumenta que essa abordagem ainda apresenta algumas limitações teóricas que dificultam uma explicação mais consistente da relação entre ideias e mudança institucional.

Entre essas limitações, Campbell (2004) destaca que o Institucionalismo Sociológico nem sempre explica de forma satisfatória os mecanismos pelos quais as estruturas normativas e cognitivas influenciam o comportamento dos atores. Além disso, a literatura pouco se aprofunda na compreensão de quando e como estruturas inicialmente normativas passam a adquirir um caráter cognitivo. O autor também chama atenção para a forte ênfase atribuída às estruturas institucionais, o que acaba relegando a um segundo plano a agência dos atores e seu uso consciente das estruturas cognitivas.

É justamente a partir dessas limitações que Campbell (2004) desenvolve sua contribuição teórica. Para o autor, compreender a mudança institucional exige não apenas reconhecer que as ideias importam, mas também distinguir seus diferentes tipos, compreender o papel desempenhado pelos atores e identificar os mecanismos pelos quais essas ideias influenciam os processos de mudança institucional.

Diante dessas contribuições, o Institucionalismo Sociológico constitui a principal lente teórica adotada neste trabalho por compreender as instituições como construções sociais permeadas por normas, valores, significados e ideias. No interior dessa abordagem, a contribuição de Campbell (2004) será utilizada como ferramenta analítica para compreender como diferentes tipos de ideias, articuladas por atores e difundidas por mecanismos específicos, influenciam a mudança institucional.

3- DAS IDEIAS À MUDANÇA INSTITUCIONAL: A ABORDAGEM DE CAMPBELL

Antes de apresentar a concepção de ideias desenvolvida por Campbell (2004), é preciso reconhecer que esse conceito não possui uma definição única na literatura institucionalista. Como discutido anteriormente, diferentes correntes teóricas atribuem significados distintos às ideias e, conseqüentemente, também compreendem de formas diferentes seu papel nos processos de mudança institucional. Nesse sentido, definir de que "ideia" estamos tratando não é apenas uma questão conceitual, mas um passo necessário para delimitar a perspectiva analítica adotada neste artigo.

Por exemplo, para Goldstein e Keohane (1993), autores vinculados ao Institucionalismo da Escolha Racional, as ideias são compreendidas como crenças mantidas pelos indivíduos que influenciam a forma como interpretam a realidade e perseguem seus interesses. Em contraponto, o Institucionalismo Discursivo amplia essa compreensão ao defender que as ideias não apenas moldam interesses, mas também influenciam os próprios desejos dos atores, ressaltando o papel dos discursos e dos processos comunicativos na construção e na transformação das instituições (Perissinotto; Stumm, 2017; Schmidt, 2010).

É justamente diante dessa pluralidade de interpretações que Campbell (2004) desenvolve sua própria abordagem. Ao buscar compreender de forma mais consistente o papel das ideias nos processos de mudança institucional, o autor propõe uma estrutura analítica que procura suprir lacunas relacionadas à definição mais precisa do conceito de ideias, ao papel da agência na teoria das ideias e à identificação dos atores responsáveis por esses processos. Além disso, busca esclarecer os mecanismos causais por meio dos quais as ideias podem restringir ou influenciar a mudança institucional. A partir dessa perspectiva, torna-se possível responder às questões centrais que orientam este trabalho: que tipo de mudança institucional está sendo analisada, de que ideias estamos falando, quais atores participam desse processo, e por meio de quais mecanismos essa mudança ocorre.

3.1- Afinal, o que caracteriza a mudança institucional?

É interessante começar a falar sobre mudança destacando o caráter complexo de estudá-la, pois torna-se necessário demarcar o padrão de mudança, quais dimensões institucionais e qual o período de tempo que se está sendo analisado no caso. Tal discussão é uma preocupação para Campbell (2004), que destaca dois padrões básicos de mudança institucional reconhecido pelos institucionalistas, um contínuo (evolutivo) caracterizado por ser um processo gradual com pequenas mudanças incrementais, e outro descontínuo, ligado a

mudanças revolucionárias, que pode ser o equilíbrio pontuado ou a evolução pontuada, ambos reconhecendo períodos de mudanças abruptas dentro das instituições.

Segundo Campbell (2004), definir o padrão de mudança institucional exige reconhecer que as instituições são multidimensionais. Por esse motivo, antes de afirmar que determinada instituição mudou, é necessário estabelecer quais dimensões serão analisadas. Como essas dimensões podem sofrer alterações em ritmos distintos, uma mudança observada em uma delas não implica necessariamente uma transformação institucional completa. Nessa perspectiva, o autor trabalha com três dimensões institucionais: a regulativa, relacionada às regras formais; a normativa, ligada aos valores e padrões considerados apropriados; e a cultural-cognitiva, referente aos esquemas interpretativos e pressupostos compartilhados pelos atores.

Além do destaque dado às dimensões institucionais, Campbell (2004) argumenta que a delimitação do período temporal constitui outra condição essencial para a análise da mudança institucional. Isso porque o padrão de mudança identificado depende diretamente do intervalo observado. Nesse sentido, fenômenos e seus impactos podem ser compreendidos de maneiras distintas a partir da sequência temporal definida e eventos críticos nem sempre possuem efeitos imediatos.

3.2 - O que são ideias?

Para definir e tipificar as ideias, Campbell (2004) utiliza duas dimensões analíticas que se cruzam. A primeira diz respeito à posição ocupada pelas ideias no debate político e na tomada de decisão, distinguindo aquelas que se encontram no *background* (plano de fundo) daquelas que ocupam o *foreground* (primeiro plano). As ideias de plano de fundo, como o próprio nome sugere, são tomadas como certas pelos atores, encontram-se institucionalizadas e exercem um papel restritivo e constitutivo sobre a forma como esses atores interpretam a realidade e orientam sua atuação. Já as de primeiro plano estão no centro do debate político e da tomada de decisão, sendo assim articuladas pelas elites tomadoras de decisão (*decision-making elites*).

A segunda dimensão está relacionada ao nível em que está localizada a ideia, diferenciando-se entre o cognitivo e o normativo. O nível cognitivo refere-se às ideias que ajudam os atores a entender como a realidade funciona, estabelecendo relações de causa e efeito e sendo orientada a resultados. Já o nível normativo está relacionado a valores, identidades e normas, orientando os atores acerca do que deve ser considerado apropriado ou legítimo, não sendo, portanto, orientado para resultados (Campbell 2004).

Ao cruzar essas duas dimensões, surgem quatro quadrantes que Campbell (2004) traduz em quatro tipos de ideias: paradigmas (*paradigms*), programas (*programs*), quadros (*frames*) e sentimentos públicos (*public sentiments*).

Os paradigmas são ideias que correspondem a pressupostos cognitivos de fundo, que constroem a tomada de decisão ao limitar as alternativas que os decision-makers percebem como dignas de serem consideradas. Em contrapartida, os programas continuam pertencendo ao nível cognitivo, mas ocupam o primeiro plano do debate político. São ideias mais específicas, apresentadas como prescrições ou orientações de políticas que indicam aos tomadores de decisão quais caminhos seguir para alcançar determinados objetivos, estando, inclusive, ancoradas em paradigmas (Campbell, 2004).

No nível normativo, os quadros correspondem às ideias de primeiro plano. Eles consistem em quadros interpretativos e símbolos mobilizados pelas elites para persuadir outros atores e enquadrar determinadas políticas como legítimas perante a opinião pública. Por fim, os sentimentos públicos representam pressupostos normativos de fundo, compartilhados socialmente, que exercem um papel mais restritivo sobre a mudança institucional ao delimitar aquilo que os tomadores de decisão percebem como socialmente aceitável aos olhos do público (Campbell, 2004).

3.3- Quem coloca as ideias em movimento?

Como pontuado anteriormente, uma das críticas de Campbell (2004) refere-se justamente à pouca ênfase atribuída à agência dos atores na literatura sobre mudança institucional. Em resposta a essa lacuna, o autor estabelece uma conexão entre o papel dos atores e as ideias, partindo do entendimento de que as ideias não surgem, circulam ou produzem efeitos de forma espontânea, mas dependem da atuação de diferentes atores responsáveis por sua produção, interpretação, difusão e incorporação às instituições. Nesse sentido, Campbell (2004) identifica diferentes tipos de atores vinculados às esferas ideacionais, são eles: Tomadores de decisão (*Decision Makers*), Teóricos (*Theorists*), Enquadradores (*Framers*), Constituintes (*Constituents*), e Corretores ideacionais (*Ideational Brokers*).

Os tomadores de decisão são os atores mais próximos das ideias com capacidade de afetar realmente a mudança institucional, pois são eles que possuem a capacidade e o poder de incorporar programas ao processo decisório, dentro do cenário político podem ser caracterizados por aqueles que fazem parte do legislativo e do executivo. Seguindo a lógica, os programas não se originam apenas dos tomadores de decisão, os teóricos (acadêmicos e

intelectuais no geral) com seus estudos, proposições e teorias, têm influência direta na criação e na modificação de paradigmas, que acabam impactando os próprios programas. Os programas, entretanto, não precisam apenas ser coerentes com os paradigmas vigentes. Para que possam ser incorporados ao processo decisório, também precisam ser apresentados de forma compatível com os valores e normas socialmente compartilhados. É nesse contexto que atuam os enquadreadores, responsáveis por construir e mobilizar quadros interpretativos capazes de legitimar determinados programas perante os constituintes, tornando-os politicamente aceitáveis. Todo esse esforço feito pelos formuladores e os empreendedores institucionais no geral é para receber a aprovação dos constituintes. Os constituintes representam aqueles que precisam ser convencidos para que a mudança possa ocorrer, ou seja, desde o público em geral até as elites decisórias dentro do processo (Campbell, 2004).

A partir dessa dinâmica, para que as ideias afetem a tomada de decisão, é necessário que circulem entre diferentes domínios ideacionais, nos quais atuam distintos atores, como teóricos (paradigmas), formuladores de políticas (programas), enquadreadores (frames) e constituintes (sentimentos públicos). Para explicar essa circulação, Campbell (2004) propõe o conceito de corretores ideacionais, entendidos como atores situados na interseção desses domínios e responsáveis por conectar, traduzir e transportar ideias de uma esfera ideacional para outra. Quando essa dinâmica é ampliada para o âmbito internacional, destacam-se as comunidades epistêmicas, redes de especialistas que compartilham conhecimentos e crenças sobre determinada temática e que desempenham papel fundamental na formulação de paradigmas e na tradução dessas ideias em programas e recomendações para os tomadores de decisão (Haas, 1992; Campbell, 2004).

Se Campbell (2004) demonstra que a circulação das ideias depende da atuação de atores capazes de produzir, traduzir e difundir diferentes tipos de ideias, a literatura de Organizações Internacionais permite compreender como as organizações internacionais podem desempenhar esse papel no plano internacional. Nessa perspectiva, Barnett e Finnemore (2004) argumentam que as organizações internacionais constituem burocracias dotadas de autoridade racional-legal e conhecimento especializado, características que lhes conferem capacidade para influenciar e transformar as preferências e interesses dos Estados ao difundir normas e práticas.

Nesse sentido, Barnett e Finnemore (2004) sustentam que a autoridade das OIs decorre de diferentes fontes, entre elas a delegada pelos seus Estados-membros, a racional-legal pelos seus procedimentos burocráticos estruturados, sua autoridade moral derivada da percepção de que atuam em prol de objetivos coletivos reconhecidos internacionalmente, e por meio da sua

expertise técnica acumulada. Isso permite que as OIs exerçam influência não apenas por meio da coordenação entre Estados, mas também tendo capacidade de criação de agendas, difusão de normas, e construção da realidade social internacional, definindo categorias, problemas e interesses que irão moldar a percepção dos atores.

Nesse contexto, Béland e Orenstein (2013) também trazem uma contribuição relevante para nossa argumentação, pois interpretam que as Organizações internacionais possuem nas ideias um meio de influenciar a política interna dos Estados, as OIs seriam semelhantes aos *Think Tanks* internos, porém se diferenciam ao serem mais abertas a mudanças ideacionais, sendo entendidas como sistemas abertos que são mais suscetíveis às diferentes ideias que a cercam, e assim mais adaptáveis à passar por mudanças ideacionais, mas que continuam dispondo de conhecimento capaz de funcionar como laboratórios de ideias para os Estados.

Dialogando com a literatura de Campbell (2004), tais características atribuídas às OIs permitem que as mesmas desempenhem funções semelhantes tanto com os *brokers*, conseguindo transportar diferentes tipos de ideias, conectando comunidades epistêmicas, especialistas, com os atores da elite tomadora de decisão, como com os teóricos, a partir do momento que possuem uma competência técnica reconhecida e a capacidade de modificar e propor novos paradigmas internacionais.

3.4- Por meio de que mecanismos a mudança pode ocorrer?

Após discutir os tipos de ideias e os atores responsáveis por sua circulação, resta compreender por meio de quais mecanismos essas ideias são capazes de produzir mudanças institucionais. Faz-se necessário agora falar sobre o mecanismo causal, aqui definido como os “processos que explicam os relacionamentos causais entre variáveis” (Campbell, 2004, p.63, tradução nossa), e para o processo de análise de mudança institucional, é preciso demarcar na argumentação qual o mecanismo causal responsável por explicar a relação entre a ideia e a mudança analisada.

Nesse contexto, Campbell (2004) revisita dois dos principais mecanismos frequentemente utilizados pela literatura para explicar a mudança institucional, são eles a dependência da trajetória (*path dependence*) e a difusão (*diffusion*). Contudo, o autor faz a sua contribuição pois argumenta a necessidade de tornar esses conceitos mais claros e bem definidos, especificando os processos intermediários que operam dentro de cada um.

No caso da dependência da trajetória, já discutida anteriormente no âmbito da mudança dentro do institucionalismo histórico, refere-se ao processo pelo qual decisões ou eventos específicos levam à consolidação de instituições que persistem ao longo do tempo,

restringindo as opções futuras dos atores. Isso, segundo Campbell (2004), explicaria por que mudanças institucionais tendem a ser graduais e influenciadas pelas condições do passado, mas ao mesmo tempo não esclarece os mecanismos pelos quais os atores promovem mudanças dentro dessas restrições. Para isso o autor argumenta a ocorrência do processo de *bricolage* e da atuação dos empreendedores institucionais. O mecanismo de *bricolage* contribui para essa perspectiva ao mostrar como os atores inovam ao combinar e rearranjar elementos institucionais já disponíveis localmente, criando soluções novas que ainda mantêm ligações claras com o que existia antes, promovendo, assim, mudanças evolutivas (Campbell, 2004).

No que se refere ao mecanismo da difusão, Campbell (2004) argumenta que tradicionalmente dentro da literatura do Institucionalismo organizacional a difusão é marcada por pouca modificação e implementação uniforme. É diante dessa limitação que o autor introduz o conceito de tradução, segundo o qual os elementos difundidos não são simplesmente replicados no novo contexto, mas reinterpretados e recombinaados pelos atores locais com práticas institucionais já existentes, em um processo semelhante ao da bricolagem. A diferença central é que, na tradução, a recombinação envolve tanto elementos novos, fornecidos externamente por meio da difusão, quanto elementos antigos, herdados do contexto institucional local, possibilitando transformações que podem assumir diferentes graus de profundidade.

É interessante pontuar que, tanto para o sucesso do mecanismo de Bricolage, como para a própria difusão e tradução, o papel dos atores empreendedores institucionais aparece. Dentro da literatura de mudança proposta por Campbell (2004) seu papel está justamente localizado nas bordas, pois são os empreendedores que, dependendo de sua posição social e acesso a recursos, conseguem mobilizar repertórios institucionais amplos, promovendo a recombinação (*bricolage*) e a adaptação das inovações difusas (tradução), influenciando o curso e o ritmo das mudanças institucionais.

Essa interpretação dialoga diretamente com o conceito de empreendedores de políticas trabalhado por Kingdon (2014), em que existem atores responsáveis por defender ideias e por colocar elas na agenda decisória, quando o momento da ideia chega. Eles são especialistas da área em que atuam, e dispõem de boas conexões e habilidades de negociação, sendo os responsáveis por unir as soluções aos problemas e por promover elas nos momentos corretos. Afinal, entendendo o próprio desenvolvimento de uma política como o movimento de uma ideia, pode-se tratar aqui os empreendedores como os mobilizadores das ideias dentro de um processo de mudança institucional.

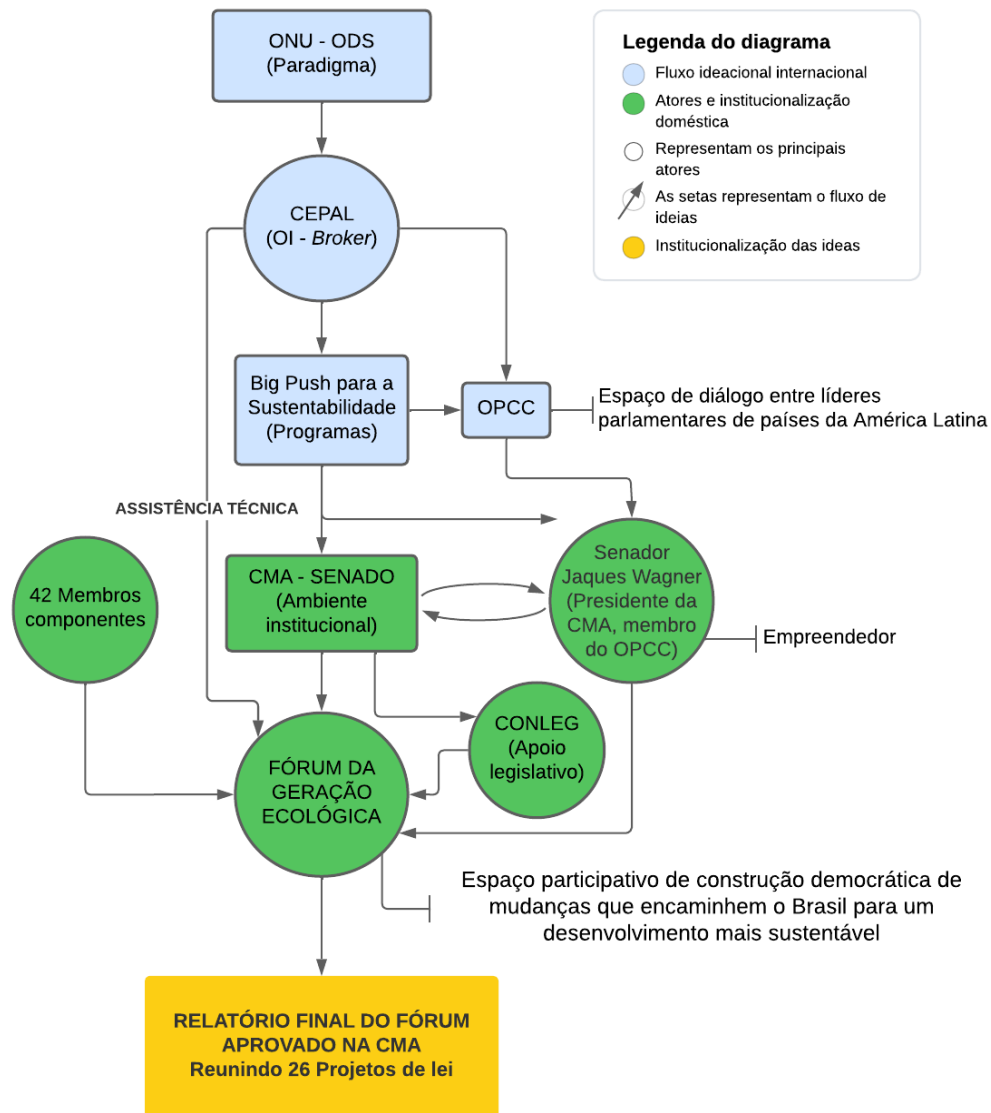
Complementarmente, cabe aprofundar o diálogo com a literatura de difusão internacional, trazendo duas contribuições importantes. A primeira afirma que a “difusão ocorre quando as decisões políticas governamentais de um determinado país são sistematicamente influenciadas por escolhas de políticas feitas anteriormente em outro países” (Simmons; Dobbin; Garrett, 2006 p. 787), e a segunda, trabalhada por Gilardi (2012), afirma que a difusão pode envolver ideias, normas e políticas, sendo resultado da interdependência sentida entre os países internacionalmente. Ambas as literaturas argumentam que há mecanismos por meio dos quais a difusão ocorre, são eles: coerção, competição, aprendizagem e emulação (Gilardi, 2012; Simmons; Dobbin; Garrett, 2006). Em se tratando de mecanismos de difusão, Jakobi (2009) realiza um estudo de caso sobre difusão de ideias por organizações internacionais, e propõe o agrupamento dos instrumentos de influência utilizados pelas OIs em cinco categorias: disseminação discursiva, formação de padrões, funções coordenativas, meios financeiros e assistência técnica. Complementando essa classificação, Carvalho, Fernandes e Faria (2021) propõem uma sexta categoria: a abertura de espaços para diálogo.

A partir das discussões desenvolvidas ao longo desta seção, cumpre-se o primeiro objetivo específico deste trabalho, ao compreender a literatura acerca do papel das ideias na mudança institucional e dos mecanismos por meio dos quais elas são difundidas, ao mesmo tempo em que se delineia o referencial analítico que orientará a análise do estudo de caso. Com base na abordagem de Campbell (2004) argumenta-se que a mudança institucional é compreendida como um processo multidimensional e temporalmente situado, impulsionado por ideias que assumem diferentes formas, e que são colocadas em movimento por atores que ocupam posições específicas dentro das esferas ideacionais, e materializadas por meio de mecanismos causais capazes de explicar como essas ideias efetivamente se traduzem em transformação institucional. Em diálogo com a literatura de Organizações Internacionais, também se destacou que esses processos não se restringem ao plano doméstico, podendo envolver organizações internacionais, como importantes difusoras e articuladoras de ideias. É a partir dessa lente teórica que a seção seguinte se debruça sobre o caso do Fórum da Geração Ecológica, buscando entender que tipo de ideia é formulada e difundida pela CEPAL, quais os atores-chave envolvidos, e que tipo de mudança institucional foi observada dentro do cenário político brasileiro.

4 - O CASO DO FÓRUM DA GERAÇÃO ECOLÓGICA

Com o objetivo de introduzir e auxiliar visualmente a análise desenvolvida nesta seção, a Figura 1 representa o mecanismo de difusão e tradução das ideias que fundamentou a criação do Fórum da Geração Ecológica. O esquema ilustra o fluxo ideacional entre o plano internacional e o doméstico, identificando os principais atores mobilizados, os papéis desempenhados por cada um deles e o processo de institucionalização das ideias no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, materializado na elaboração do relatório final e das propostas legislativas decorrentes do Fórum.

Figura 1- Esquematização do processo de difusão de ideias da CEPAL ao Fórum da Geração Ecológica



Fonte: Elaboração própria (2026)

4.1 - Nível internacional: O *Big Push* para a sustentabilidade

Tendo estabelecido o arcabouço teórico que orienta esta pesquisa, parte-se agora para sua aplicação ao caso empírico, iniciando pelo nível internacional do processo analisado. Antes de tratar do Fórum da Geração Ecológica propriamente dito, é necessário compreender a ideia que, segundo o argumento aqui defendido, foi difundida ao longo desse processo: o *Big Push* para a Sustentabilidade, formulado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Para isso, é preciso compreender sua origem, seu desenvolvimento e a trajetória percorrida até chegar ao Fórum.

Embora o *Big Push* tenha sido formalmente apresentado pela CEPAL em 2016, sua trajetória tem início no ano anterior, com a aprovação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU). A resolução adotada pelos Estados-Membros em setembro de 2015, inaugurou um compromisso internacional com a implementação dos 17 ODS, e isso significa o comprometimento com metas que são integradas e estruturadas em torno de três dimensões, a econômica, a social e a ambiental, para um desenvolvimento sustentável (Organização das Nações Unidas, 2015).

Nesse contexto, é pertinente estabelecer um diálogo com o conceito de paradigma proposto por Campbell (2004). A Agenda 2030 pode ser compreendida como a consolidação do paradigma do desenvolvimento sustentável, materializado nos ODS, ao estabelecer pressupostos amplos sobre a forma como o desenvolvimento deve ser concebido. Dessa maneira, promove uma mudança paradigmática ao redefinir o pano de fundo cognitivo que orienta a compreensão do desenvolvimento em nível internacional. Consolida-se, assim, o entendimento de que o desenvolvimento precisa necessariamente ser sustentável, entendimento esse compartilhado por atores de diferentes níveis.

Esse processo torna-se ainda mais evidente ao considerar a autoridade conferida ao conhecimento técnico no âmbito das organizações internacionais e, particularmente, à ONU, cuja legitimidade decorre da autoridade reconhecida pelos seus 193 Estados-Membros. Sob essa perspectiva, a organização desempenha um papel semelhante ao dos teóricos, uma vez que possui autoridade reconhecida para formular e difundir novos paradigmas (Barnett; Finnemore, 2004; Campbell, 2004).

É nesse contexto que a CEPAL, enquanto comissão regional das Nações Unidas, incorpora essa mudança paradigmática. Como observam Béland e Orenstein (2013), organizações internacionais constituem espaços abertos mais suscetíveis à influência das ideias. Assim, em 2016, a CEPAL publica o documento “Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável”, reafirmando a Agenda 2030 sob uma perspectiva

estruturalista voltada à realidade latino-americana. Conforme o próprio documento, “complementa analiticamente a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com base na perspectiva estruturalista do desenvolvimento e sob o ponto de vista dos países da América Latina e do Caribe” (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2016, p. 10).

Ao fazê-lo, a CEPAL reconhece que o modelo vigente de desenvolvimento é economicamente, socialmente e ambientalmente insustentável e passa a defender que a sustentabilidade constitui elemento indispensável para qualquer estratégia de desenvolvimento (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2016). Em entrevista concedida para esta pesquisa, o Entrevistado 2 (2024) confirma que

Houve esse esforço conjunto, alinhado à Agenda 2030, para que o mandato das Nações Unidas como um todo, incluindo a CEPAL e todas as demais entidades, fosse mais coordenado entre si. E essa coordenação se daria em torno da Agenda 2030 e dos 17 ODS. Foi colocado esse desafio para a CEPAL, e a gente precisou fazer essa revisão, ou atualização, do nosso mandato, à luz dessa tentativa, que considero nobre, de construir uma resposta integrada para essa agenda que, na minha visão, é fundamental para o futuro não apenas do Brasil e da América Latina, mas do mundo inteiro.

Posteriormente, na mesma resposta, o Entrevistado 2 (2024) fala que o *Big Push* para a Sustentabilidade surge justamente como uma resposta a esse novo contexto internacional, oferecendo instrumentos para que os países possam avançar no cumprimento dos ODS. Nessa direção, Camila Gramkow (2019, p. 4) define o *Big Push* como uma

articulação e coordenação de políticas (públicas e privadas, nacionais e subnacionais, setoriais, tributárias, regulatórias, fiscais, de financiamento, de planejamento etc.) que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

É importante notar que tanto o documento da CEPAL (2016) quanto o texto de Gramkow (2019) postulam que, para promover uma mudança estrutural na América Latina, é necessário implementar uma transformação produtiva baseada em três eficiências:

- (i) eficiência schumpeteriana, que se refere a um novo tipo de especialização produtiva em processos intensivos em conhecimento e aprendizado, que seja capaz de irradiar a mudança tecnológica e a inovação por toda a economia;
- (ii) eficiência keynesiana, que ressalta a relevância de atuar em mercados em rápida expansão doméstica e internacional, permitindo obter ganhos de escala e escopo que aceleram a economia e multiplicam empregos;
- (iii) eficiência ambiental, que trata de desacoplar o crescimento econômico das emissões de gases do efeito estufa e favorecer a proteção ambiental (CEPAL, 2016a, 2018a apud Gramkow, 2019, p. 13).

Um ponto interessante a destacar é que atualmente, segundo o Entrevistado 2 (2024), a terceira eficiência já não é mais tratada apenas como ambiental, e sim sustentável por

abranjer questões que vão além da dimensão ambiental, por isso trata-se de um Grande Impulso para sustentabilidade.

Nesse sentido, as proposições do *Big Push* podem ser compreendidas como programas, pois, ancoradas no paradigma internacional do desenvolvimento sustentável, orientam os tomadores de decisão quanto às ações a serem adotadas, quais os setores prioritários para investimento, às formas de coordenação de políticas e aos instrumentos necessários para promover o crescimento econômico associado à sustentabilidade (Campbell, 2004). De maneira complementar, o Entrevistado 2 (2024) afirma que o *Big Push* possui tanto uma dimensão conceitual quanto prática, tendo um direcionamento voltado a apoiar os *policy makers* na construção de políticas capazes de promover a transformação estrutural almejada.

Outra dimensão importante da atuação da CEPAL é analisá-la à luz da categoria de *brokers* proposta por Campbell (2004), entendendo-a como um ator que desempenha funções análogas a corretores ideacionais. Isso porque a organização conecta e transporta ideias entre diferentes domínios internacionais. Ao reunir especialistas e atuar em estreita articulação com comunidades epistêmicas voltadas ao desenvolvimento sustentável (Haas, 1992), a CEPAL contribui para a produção, sistematização e circulação de conhecimentos especializados. Além disso, por sua condição de organização internacional regional e pela autoridade técnica que detém, possui capacidade para traduzir paradigmas internacionais em programas adaptados ao contexto latino-americano e conectá-los aos tomadores de decisão responsáveis por sua institucionalização no âmbito dos Estados.

Dessa forma, a CEPAL atua como uma ponte entre a produção de conhecimento especializado e a formulação de políticas públicas, exercendo um papel central na difusão internacional de ideias. Isso porque, embora não possua poder decisório no âmbito doméstico, a organização é capaz de influenciar a política interna dos Estados por meio da difusão de ideias (Béland; Orenstein, 2013). No caso analisado essa influência se deu em duas frentes. A primeira ocorreu por meio do apoio técnico direto da CEPAL ao Fórum da Geração Ecológica, com o fornecimento de consultores especializados. A segunda manifestou-se com a criação do Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa (OPCC), do qual Jaques Wagner foi um dos fundadores em 2021.

Observa-se, portanto, que há uma propagação de ideias entre diferentes níveis institucionais, ou seja, o mecanismo por meio do qual a ideia está circulando pode ser compreendido como difusão. De maneira complementar, ocorre também a tradução, uma vez que o paradigma dos ODS não é simplesmente incorporado, mas sim, reinterpretado e adaptado pela CEPAL às especificidades da realidade latino-americana (Campbell, 2004).

Por fim, alcança-se o segundo objetivo específico e entende-se que a CEPAL desempenha papel semelhante ao dos corretores ideacionais e é difusora do *Big Push*. Para isso, mobiliza diferentes instrumentos que permitem difundir esse programa até o Fórum. À luz das categorias propostas por Jakobi (2009) e Carvalho, Fernandes e Faria (2021), destacam-se a disseminação discursiva, por meio de relatórios e documentos técnicos; a assistência técnica prestada diretamente ao Fórum da Geração Ecológica, aspecto que será aprofundado na próxima seção; e a criação de espaços para diálogo, representada pelo OPCC, que constitui um ambiente de articulação entre parlamentares de diferentes países voltado ao fortalecimento da ambição climática e da transição justa na América Latina.

4.2 - Nível doméstico: O Fórum da Geração Ecológica

Tendo estabelecido o *Big Push* para a Sustentabilidade como um conjunto de ideias programáticas difundido pela CEPAL, e identificadas as duas linhas por meio das quais essa difusão alcançou o Senado Federal, o OPCC e o apoio técnico direto, parte-se agora para o nível doméstico do processo analisado.

O Fórum da Geração Ecológica foi criado em junho de 2021, no âmbito da CMA do Senado Federal e teve duração de um ano. A ideia de sua concepção partiu do gabinete do Senador Jaques Wagner (PT-BA), que é apontado como o iniciador do projeto (Agência Senado, 2022). O fórum nasce com dois objetivos principais: o primeiro é criar um espaço de discussão democrático e participativo; o segundo é, através desse espaço democrático, elaborar um arcabouço legislativo que encaminhe o país para um desenvolvimento sustentável, e para uma transição de baixo carbono no Brasil (Entrevistado 1, 2023).

Jaques Wagner é um ator que possui diferentes atuações quando se trata da relação entre CEPAL/*Big Push* para a sustentabilidade e o Brasil. Isso porque o mesmo, já no ano de 2019, instaurou no âmbito da CMA uma Subcomissão Temporária do Grande Impulso para a Sustentabilidade. Esta subcomissão tinha como objetivo, no período de 90 dias,

propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade (Brasil, 2019).

Tal justificativa para surgimento da subcomissão, dialoga diretamente com as proposições apresentadas pelo *Big Push* cepalino, que já era difundido desde 2016.

Além disso, em 2021, além de ser apontado como um dos parlamentares fundadores do OPCC, é nesse mesmo ano que o senador assume a presidência da CMA. Como metas para

aquele mandato, Entrevistado 1 (2023) destaca duas: buscar técnicas de parar a “boiada”¹, no sentido de oferecer mais resistência ao dismantelamento das políticas ambientais; e ao mesmo tempo conseguir construir uma pauta propositiva dentro da comissão, já que no contexto governamental da época, tinha consolidado os espaços democráticos como inexistentes.

Assim, cabe aqui destacar o papel de empreendedor institucional desempenhado por Jaques Wagner nesta difusão do *Big Push* para a sustentabilidade até a CMA. Isso porque, como apresentado anteriormente, dentro do conceito trabalhado por Kingdon (2014), Jaques consegue, a partir das conexões que dispõe, tanto no nível internacional, como no nacional, junto com suas habilidades de negociação, aproveitar do seu mandato presidencial dentro da CMA como uma janela de oportunidade de trazer a ideia de um Grande impulso para dentro da agenda decisória do Brasil. Nesse contexto, Entrevistado 1 (2023) destaca o capital político do senador, que para ele foi um diferencial para que o Fórum acontecesse e “se fosse outro senador puxando, talvez não tivesse a força que teve, e talvez não tivessem os atores colocados que estavam, desde a própria CEPAL, quanto dos próprios membros que deram nosso OK ”.

Assim, o Fórum nasce com o propósito de ser um espaço institucional de diálogo entre o Senado Federal e a sociedade civil, tendo como pauta a agenda ambiental tanto no âmbito econômico como social, pensando uma transição justa de baixo carbono no Brasil (Senado Federal, 2022). Tanto o seu propósito, como os seus objetivos, reforçam que a ideia do *Big Push* exerce influência no fórum desde a sua idealização.

Para alcançar os objetivos pretendidos, o Entrevistado 1 (2023) afirma que o primeiro momento do Fórum consistiu em planejar quais temas seriam debatidos, quem participaria dos debates, com a ajuda de quem e como esses debates seriam conduzidos. Na definição dos temas, o tema principal de transição ecológica serviu como guia, aliado à própria ideia do *Big Push* preconizada pela CEPAL, que demanda a construção das bases nacionais necessárias para essa transição (Gramkow, 2019). Reconhecendo que seria um processo transversal de diálogo, no qual os temas conversariam entre si, foi realizada uma pesquisa com diferentes especialistas, tanto nacionais quanto internacionais, para nessa primeira etapa conseguir definir os 5 macrotemas que o Fórum pretendia abordar, sendo em um primeiro momento: descarbonização, água, cidades sustentáveis, energia e indústria (Entrevistado 1, 2023).

¹ Boiada aqui se refere ao termo “passar a boiada” utilizado pelo então Ministro do Meio Ambiente, do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, em referência a usar a atenção destinada ao COVID-19 para mudar regras de proteção ambiental (G1, 2020).

Com isso em mente, o Entrevistado 1 (2023) explica que a equipe do gabinete do senador, responsável pela concepção do Fórum, começou a refletir sobre quem convidar para participar. Embora tenham considerado diferentes métodos, como a eleição, o cenário da pandemia dificultou o processo. Assim, eles optaram por escolher individualmente as pessoas que seriam convidadas. É importante destacar que a pauta da diversidade foi um fator crucial na escolha dos nomes. Afinal, a equipe queria que o Fórum refletisse uma ampla gama de representatividade, então adotaram critérios como raça, gênero, região geográfica, representatividade social, entre outros. Com esses critérios em mente, foram definidos 42 especialistas para compor o corpo de membros participantes do fórum. Os nomes de todos os participantes estão listados no relatório final que foi apresentado (Senado Federal, 2022).

Vale ressaltar que foram convocadas pessoas de diferentes áreas, desde representantes da FEBRABAN até representantes da Via campesina. Um membro importante a ser destacado é a Camila Gramkow, que foi convidada para participar como representante da CEPAL e integrou o GT de Economia Circular e Indústria.

Dois outros parceiros foram essenciais para alcançar os objetivos do Fórum. O primeiro deles foi a Consultoria Legislativa do Senado Federal (CONLEG), que desempenhou o papel de auxiliar nas questões legislativas. Então, em todas as reuniões de cada Grupo de Trabalho (GT), havia um consultor da CONLEG presente para oferecer auxílio. Do mesmo modo, o Fórum precisava de uma parceria técnica, e devido ao relacionamento pré-existente entre o senador Jaques Wagner e a CEPAL, foi “muito natural” escolher a consultoria técnica da CEPAL para auxiliar nesse processo (Entrevistado 1, 2023). Assim como no caso da CONLEG, cada reunião dispunha de um consultor da CEPAL para fornecer suporte técnico.

Ainda sobre a escolha da CEPAL como parceria internacional e técnica, é essa relação próxima entre a CEPAL e o senador, que torna inevitável a parceria entre a CEPAL e Fórum. Não porque não existam outras organizações internacionais capazes de oferecer apoio técnico ao fórum, mas sim porque “Difícilmente você vai escolher algum parceiro, para qualquer projeto que seja, apenas porque fez uma lista e entendeu qual deles era o mais legal. Você vai criando essas relações, e elas vão moldando como que você tem a sua atuação no limite técnico também dentro dessas construções” (Entrevistado 1, 2023).

Com os membros e as parcerias definidas, passou-se para a etapa de estruturar metodologicamente como o Fórum funcionaria. Considerando o cenário de pandemia em que o Brasil se encontrava, foi lógico que as reuniões aconteceriam virtualmente. No entanto, não seriam plenárias com todos os 42 membros presentes simultaneamente. Em vez disso, eles se

subdividiram em 5 grupos de trabalho (GT) que, a princípio, seguiriam aqueles cinco temas anteriormente definidos. (Entrevistado 1, 2023)

No entanto, na primeira reunião de abertura do Fórum, ao levar os GTs para debate entre os membros, ocorreram algumas modificações. O GT de descarbonização foi dissolvido, e o GT de água, por ser um tema muito importante, transformou-se em um eixo transversal entre todos os GTs, com a premissa de que cada GT pensaria no seu tema associando-o à gestão e uso das águas. Com isso, segundo o seu relatório final (Senado Federal, 2022), o Fórum permanece com cinco grupos de trabalho, mas que agora são:

- **GT Bioeconomia** - 6 membros;
- **GT Cidades Sustentáveis**- 8 membros;
- **GT Economia Circular e Indústria**- 7 membros;
- **GT Energia**- 7 membros;
- **GT Proteção Restauração e Uso da Terra (PRUT)** - 14 membros.

Percebe-se que, na distribuição final dos membros, o PRUT ficou com o maior número de participantes, muito por que era um tema de grande interesse entre os integrantes. A alocação para cada GT foi feita de forma voluntária, permitindo que os membros escolhessem o GT para o qual desejavam se alocar, com base em sua formação e interesse. Devido à relevância das questões relacionadas à terra no Brasil, o PRUT atraiu mais voluntários. No entanto, houve um processo de equilibrar a quantidade de membros, resultando na distribuição final apresentada. (Entrevistado 1, 2023)

Quanto ao cronograma do fórum, foi definido que os GTs teriam reuniões mensais com duração de duas horas cada. Além disso, segundo o Entrevistado 1 (2023), o cronograma do Fórum foi subdividido em três linhas temporais:

1. De julho de 2021, que marcou a inauguração, até novembro de 2021: Este período foi destinado à construção da visão acerca de cada tema, aplicando-a ao cenário brasileiro.
2. De dezembro de 2021 até fevereiro de 2022: Este foi o período de consolidação das diretrizes, baseando-se na visão construída anteriormente. O processo envolveu a análise das leis em vigor para propor alterações e criar novas leis que concretizassem essa visão.
3. De março de 2022 até junho de 2022: Este foi o último marco temporal, destinado à consolidação das peças legislativas.

Para a realização das reuniões, havia um padrão estabelecido de equipe. Para todos os GTs, a estrutura incluía:

- a. **Facilitação:** direção das reuniões, encaminhamento dos debates e coordenação das atividades executadas, a fim de garantir que os grupos tivessem autonomia para decidir e validar as propostas apresentadas, bem como assegurar que o plano de trabalho fosse cumprido.
- b. **Consultores externos de conteúdo:** apoio técnico, elaboração de relatórios e pesquisas. Essa equipe foi estabelecida a partir de uma parceria entre a CMA e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).
- c. **Consultores Legislativos:** orientação técnico- -legislativa, diversos subsídios e redação das peças legislativas. Esse apoio imprescindível foi possível graças à colaboração da Consultoria Legislativa do Senado Federal.
- d. **Operacional:** avisos, agendamento das reuniões e apoio tecnológico (Senado Federal, 2022, p.11).

As atividades do Fórum foram finalizadas com a apresentação do relatório na CMA no dia 30 de junho de 2022. O relatório final do Fórum detalha o arcabouço legislativo desenvolvido ao longo do ano de trabalho, que inclui: 26 minutas de projetos de lei (PL), 4 minutas de indicação, 2 minutas de requerimento, 2 minutas de emenda e 1 nota informativa. A seguir estão resumidamente os resultados de cada GT:

- **GT Bioeconomia:** 2 minutas de projeto de lei, 2 minutas de indicação e 2 minutas de requerimento.
- **GT Cidades Sustentáveis:** 5 minutas de projeto de lei e 1 minuta de indicação.
- **GT Economia Circular e Indústria:** 4 minutas de projeto de lei e 1 minuta de indicação.
- **GT Energia:** 3 minutas de projeto de lei e 2 minutas de emenda.
- **GT Proteção, Restauração e Uso da Terra (PRUT):** 12 minutas de projeto de lei e 1 nota informativa (Nº 2.777, DE 2022). (Senado Federal, 2022)

Com esse arcabouço de proposições legislativas criado pelo Fórum, verifica-se no Diário do Senado Federal nº 105 de 2022, que o relatório final foi apresentado na CMA, e as minutas de proposições legislativas foram aprovadas. Encontra-se registrado no Diário as 4 indicações, 26 projetos de lei e 2 requerimentos de informação, elaborados pela CMA com base no relatório do Fórum (Brasil, 2022).

4.3 - A institucionalização da ideia

A fim de analisar o processo de institucionalização das ideias promovido pelo Fórum da Geração Ecológica, apresenta-se a Tabela comparativa dos projetos de lei resultantes do Fórum (ver Apêndice C). A tabela foi elaborada a partir do levantamento individual da

situação de tramitação dos 26 Projetos de Lei propostos pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), com base nas informações disponibilizadas pelos sítios eletrônicos oficiais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Em razão de sua extensão, optou-se por apresentá-la em apêndice. Nela, encontram-se sistematizadas informações referentes ao projeto, ao grupo de trabalho de origem, à situação de tramitação, ao conteúdo de sua ementa e ao tipo de proposta, o tipo de proposta é baseado em uma categorização própria que se divide em: Criação (para projetos que visam instituir uma nova norma), Mudança (para projetos que buscam modificar alguma norma já existente) e Criação e Mudança (para projetos que propõem ambas as ações).

A análise da tabela evidencia que cinco projetos propõem a criação de novas normas, treze buscam realizar mudanças nas legislações já existentes e oito combinam ambas as finalidades. Observa-se, ainda, que vinte e cinco dos vinte e seis projetos permanecem em tramitação no Senado Federal, passando pelas etapas regimentais de apreciação nas comissões competentes. O PL nº 1.874/2022 constitui a principal exceção, uma vez que já foi encaminhado à Câmara dos Deputados, retornou ao Senado Federal e aguarda deliberação para eventual aprovação.

A partir da estrutura analítica proposta por Campbell (2004), torna-se possível examinar o processo de institucionalização observado no Fórum da Geração Ecológica. Para isso, a análise considera cinco elementos: o contexto em que a mudança ocorreu, as dimensões institucionais afetadas, os atores envolvidos, os mecanismos causais mobilizados e, por fim, o tipo de mudança institucional identificado.

O contexto em que a mudança ocorre é particularmente relevante, por isso, cabe apresentar informações importantes no plano internacional e doméstico, no período que tange o funcionamento do Fórum. Internacionalmente, o período é marcado pela realização da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26). Durante o evento, quinze parlamentares de doze países da América Latina e do Caribe assinaram a declaração conjunta que anunciou a criação do OPCC, entre eles o senador Jaques Wagner (CEPAL, 2026).

No plano doméstico, o Brasil vivia o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), período caracterizado pelo enfraquecimento dos mecanismos de participação social e pelo desmonte de políticas ambientais, como evidenciado pela tentativa de flexibilização das normas de proteção ambiental durante a pandemia da Covid-19 (G1, 2020). Paralelamente, o país enfrentava crescente pressão internacional em razão do avanço do desmatamento, o que segundo o Entrevistado 1 (2023), colocava o Brasil na posição de "pária internacional" na pauta ambiental.

Esse contexto evidencia que o Fórum da Geração Ecológica surgiu em um momento de convergência entre fatores internacionais e domésticos. De um lado, havia um paradigma internacional consolidado em torno do desenvolvimento sustentável, acompanhado das orientações programáticas do *Big Push* para a Sustentabilidade e do apoio técnico oferecido pela CEPAL. De outro, observava-se, no plano nacional, um cenário de enfraquecimento da agenda ambiental e dos espaços participativos. Nesse contexto, Jaques Wagner atuou como empreendedor institucional ao conectar esses fluxos ideacionais internacionais à CMA, contribuindo para a criação de um espaço voltado à discussão da transição ecológica. Como destacado no relatório final do Fórum, tratava-se de uma iniciativa concebida "como ferramenta e espaço de diálogo para a difusão dessas discussões em nosso país" (Senado Federal, 2022, p.10).

À luz das dimensões institucionais trabalhadas por Campbell (2004), observa-se que a mudança promovida pelo Fórum manifesta-se, inicialmente, na dimensão cultural-cognitiva. A própria criação do Fórum, seus objetivos e a forma como o desenvolvimento passa a ser concebido evidenciam a incorporação do paradigma da sustentabilidade e das orientações do *Big Push* no âmbito da CMA. Posteriormente, essa mudança passa a se refletir na dimensão regulativa, materializada no arcabouço legislativo apresentado pelo Fórum em seu relatório final.

Quanto aos atores mobilizados nesse processo, destaca-se a CEPAL com funções semelhantes às atribuídas aos corretores ideacionais, atuando nas bordas dos diferentes domínios ideacionais e responsável por traduzir regionalmente paradigmas internacionais (como o da Agenda 2030) em programas voltados à realidade dos tomadores de decisão latino-americanos (o *Big Push* para a Sustentabilidade). No contexto brasileiro, Jaques Wagner desempenha o papel de empreendedor institucional ao conectar essas ideias ao contexto político doméstico e liderar sua incorporação na Comissão de Meio Ambiente. A própria CMA e, posteriormente, o Senado Federal configuram-se como os principais tomadores de decisão, uma vez que possuem competência para incorporar essas ideias ao processo legislativo. Por sua vez, os quarenta e dois integrantes do Fórum podem ser compreendidos como constituintes, cuja participação conferiu legitimidade pública às propostas legislativas elaboradas coletivamente.

O mecanismo causal que conecta esses atores ao resultado observado corresponde, nos termos de Campbell (2004), à difusão qualificada pela tradução. As ideias presentes no *Big Push* para a Sustentabilidade não foram simplesmente reproduzidas automaticamente ao contexto brasileiro, mas reinterpretadas pelos atores domésticos à luz das especificidades

políticas e institucionais nacionais. Complementarmente, as contribuições de Béland e Orenstein (2013), Jakobi (2009) e Carvalho, Fernandes e Faria (2021) permitem compreender como a CEPAL tem poder de influenciar o processo decisório doméstico, e operacionalizou essa influência através da mobilização de diferentes instrumentos de difusão, entre eles a disseminação discursiva, a assistência técnica e a abertura de espaços para diálogo.

Assim, é possível afirmar que o fórum representa, na tipologia proposta por Campbell (2004), um mecanismo de mudança institucional de caráter evolutivo. As transformações observadas não decorreram de uma ruptura total com o arranjo institucional existente, mas de um processo gradual de incorporação de novas ideias ao âmbito da Comissão de Meio Ambiente. Inicialmente, essas mudanças manifestaram-se na dimensão cultural-cognitiva e, posteriormente, passaram a produzir efeitos na dimensão regulativa por meio da elaboração de um novo arcabouço legislativo voltado à transição ecológica.

Ao analisar o processo de idealização do Fórum, seus objetivos, sua implementação, os atores mobilizados e os resultados produzidos, alcança-se o terceiro objetivo específico desta pesquisa e torna-se possível compreendê-lo como uma expressão de mudança institucional. Nesse sentido, o caso do Fórum da Geração Ecológica reforça o debate sobre o papel das organizações internacionais como capazes de influenciar processos de mudança institucional doméstica por meio da difusão de ideias que, ao serem traduzidas pelos atores nacionais, orientam a construção de novos marcos institucionais. Como sintetiza o relatório final do Fórum, "ao final desta produtiva jornada, o Fórum da Geração Ecológica produziu relevantes contribuições para a construção de um arcabouço legislativo sólido, que viabilize o tão necessário processo de transição ecológica no Brasil" (Senado Federal, 2022, p.39).

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender como se deu o processo de criação e desenvolvimento do Fórum da Geração Ecológica, enquanto espaço de mudança institucional. Os resultados obtidos indicam que o Fórum foi concebido em 2021, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, a partir da iniciativa do senador Jaques Wagner e da articulação entre representantes da sociedade civil, da Consultoria Legislativa do Senado e da CEPAL. A análise também evidencia que o *Big Push* para a Sustentabilidade influenciou diretamente sua idealização e desenvolvimento, tanto pelo alinhamento entre seus princípios e os objetivos do Fórum quanto pela atuação da CEPAL como parceira técnica e articuladora desse processo. (Entrevistado 1, 2023; Senado Federal, 2022)

A partir da estrutura analítica proposta por Campbell (2004), argumenta-se que o Fórum constitui um caso em que se observa um processo de mudança institucional de caráter evolutivo, impulsionada por um mecanismo de difusão associado à tradução de ideias. Nesse processo, o paradigma internacional do desenvolvimento sustentável, consolidado pela Agenda 2030, foi traduzido pela CEPAL em um programa voltado às especificidades latino-americanas, o *Big Push* para a Sustentabilidade, e difundido ao contexto brasileiro por meio de instrumentos como a disseminação discursiva, a assistência técnica e a criação de espaços de diálogo (Jakobi, 2009; Carvalho; Fernandes; Faria, 2021). A atuação de empreendedores institucionais auxiliou na incorporação de ideias ao processo legislativo, produzindo transformações inicialmente na dimensão cultural-cognitiva e, posteriormente, na dimensão regulativa, expressas na elaboração de um conjunto de propostas legislativas voltadas à transição ecológica.

Contudo, este trabalho apresenta limitações que devem ser reconhecidas. Por se tratar de um caso único, os resultados aqui obtidos não buscam a generalização estatística para outros casos, e sim uma generalização analítica (Yin, 2015), na medida em que se aplicam, a resultados coletados empiricamente, as ferramentas analíticas teóricas explicitadas ao longo do trabalho. Além disso, a pesquisa contou com apenas duas entrevistas semiestruturadas que, por mais que abarque tanto a perspectiva internacional quanto a doméstica, não esgotam a multiplicidade de vozes envolvidas no Fórum. Por fim, reconhece-se também que, embora tenha sido delimitada a abrangência temporal de análise do Fórum, os efeitos produzidos por seu relatório final e por seu arcabouço legislativo ainda não podem ser plenamente mensurados no cotidiano político brasileiro, já que os projetos de lei dele resultantes permanecem, em sua maioria, em tramitação.

Por fim, como principal contribuição, este artigo oferece um mapeamento empírico de como organizações internacionais podem difundir ideias do plano internacional para o plano doméstico (Béland; Orenstein, 2013), materializando-as em processos de mudança institucional. Nesse sentido, ao aplicar e qualificar empiricamente o arcabouço analítico proposto por Campbell (2004), este trabalho reforça que a mudança institucional, mesmo quando gradual e evolutiva, pode ter origem em processos de difusão que ultrapassam as fronteiras nacionais, evidenciando que o papel das Organizações Internacionais na política doméstica dos Estados vai muito além da cooperação formal entre governos (Barnett; Finnemore, 2004), alcançando também a circulação de paradigmas e programas capazes de reconfigurar, ainda que aos poucos, a própria forma de como os Estados pensam o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **Relatório do Fórum da Geração Ecológica é aprovado pela Comissão de Meio Ambiente**. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/29/relatorio-do-forum-da-geracao-ecologica-e-aprovado-pela-comissao-de-meio-ambiente>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. International Organizations as Bureaucracies. In: BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. **Rules for the World: International Organizations in Global Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 2004. p. 16–44.
- BÉLAND, Daniel; ORENSTEIN, Mitchell A. **International organizations as policy actors: An ideational approach**. Global Social Policy, v. 13, n. 2, p. 125–143, 2013. DOI: 10.1177/1468018113484608.
- BRASIL. Senado Federal. **Comissão de Meio Ambiente**. Subcomissão Temporária do Grande Impulso para a Sustentabilidade. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2299>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- BRASIL. **Diário do Senado Federal**. Brasília, DF: Senado Federal, n. 105, p. 23-28, 34-77, 177-515, 545-554, 5 jul. 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/110291?sequencia=1>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. **Atividade Legislativa: Pesquisa de Matérias**. Brasília, DF: Senado Federal, 2026a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias>. Acesso em: 23 jul. 2026.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Matérias Bicamerais**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2026b. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais>. Acesso em: 23 jul. 2026.
- CAMPBELL, John L. **Institutional Change and Globalization**. Princeton: *Princeton University Press*, 2004.
- CARVALHO, Thales Leonardo de; FERNANDES, Jéssica Silva; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Organizações Internacionais e Políticas Públicas Nacionais: variáveis organizacionais e instrumentos de difusão. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, e1112, p. 1-28, 2021. DOI: 10.21530/ci.v16n2.2021.1112.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável**. LC/G.2660/Rev.1. Santiago: CEPAL, 2016. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/40161-horizontes-2030-igualdade-centro-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Observatório de Políticas de Mudança Climática na América Latina e Caribe**. Santiago: CEPAL, 2026. Disponível em: <https://opcc.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- ENTREVISTADO 1**. Entrevista semiestruturada concedida à autora por videoconferência. 1 arquivo de vídeo (.mp4, 75 min.), gravado em 2023.

ENTREVISTADO 2. Entrevista semiestruturada concedida à autora por videoconferência. 1 arquivo de áudio (.m4a, 58 min. 41 s), gravado em 2024.

G1. Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2026.

GILARDI, Fabrizio. Transnational diffusion: Norms, ideas, and policies. **Handbook of international relations**, v. 2, p. 453-477, 2012.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework. In: GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. (ed.). **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change**. Ithaca: Cornell University Press, 1993. p. 3–30. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctvv4147z.5>. Acesso em: 27 jul. 2026.

GRAMKOW, Camila. **O Big Push Ambiental no Brasil: Investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável**. LC/TS.2019/14. Brasil: Fundación Friedrich Ebert, 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/44506-o-big-push-ambiental-brasil-investimentos-coordenados-estilo-desenvolvimento>. Acesso em: 27 jul. 2026.

GRAMKOW, Camila (org.). **Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: estudos de casos de grande impulso (Big Push) para a sustentabilidade no Brasil**. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2020. (Documentos de Projetos, LC/TS.2020/37; LC/BRS/TS.2020/1).

HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. **As três versões do neo-institucionalismo**. Tradução de Gabriel Cohn. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>.

JAKOBI, Anja P. **International organizations and lifelong learning: from global agendas to policy diffusion**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2. ed. Pearson New International Edition. Harlow: Pearson, 2014.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Resolução A/RES/70/1: Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1. Acesso em: 27 jul. 2026

PERISSINOTTO, Renato; STUMM, Michelli Gonçalves. **A virada ideacional:** quando e como ideias importam. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 64, p. 121-148, dez. 2017. DOI: 10.1590/1678-987317256403.

SCHMIDT, Vivien A. **Taking ideas and discourse seriously:** explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism'. *European Political Science Review*, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1017/S175577390999021X>.

SENADO FEDERAL. **Fórum da Geração Ecológica:** Relatório final. Brasília, DF: Senado Federal, v.1, 2022.

SIMMONS, Beth A.; DOBBIN, Frank; GARRETT, Geoffrey. Introduction: The international diffusion of liberalism. **International Organization**, v. 60, n. 4, p. 781-810, 2006.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2026.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - PERGUNTAS REALIZADAS NA ENTREVISTA COM ATOR DOMÉSTICO

1º Como foi que o Fórum da Geração Ecológica surgiu? Minha principal dúvida é entender de onde veio a ideia de desenvolver o Fórum e como ele se desenvolveu. Queria que você falasse um pouco sobre isso.

2º O que foi realmente o fórum, o que foi estabelecido, quais foram os objetivos que foram definidos por vocês?

3º Com licença, GTs seriam grupos de trabalho?

4º Quais foram os principais agentes internacionais envolvidos na criação do Fórum? Por que assim, como foi que eu cheguei no Fórum: Nós estávamos discutindo os ODS e eu vi um dos projetos de lei que surgiram do Fórum, que foi justamente sobre economia circular. E, na justificativa de economia circular, mencionava o *Big Push* da CEPAL, falando da influência da CEPAL. E eu queria saber: quais foram os principais agentes internacionais? Teve algum além da CEPAL, ou foi só a CEPAL mesmo que foi o principal influenciador? Porque você mencionou no início que foram as ideias da Camila Gramkow, e disse que ela foi essencial, as ideias dela. Como foi isso, foi através de ideias? Eles chegaram até vocês ou vocês que foram atrás deles? Isso que eu queria entender: como foi essa influência internacional direta?

5º Então, basicamente, tem toda uma brasilidade no Fórum, e na própria representante da CEPAL, então a CEPAL foi mais um apoio técnico? Eu poderia falar isso?

6º Então eu poderia entender que além do apoio técnico direto na comissão, teve uma influência das próprias ideias cepalinas no desenvolvimento do Fórum? Essas ideias foram essenciais.

7º Você falou um pouco sobre o relacionamento que o senador, no caso toda a equipe do senador Jaques Wagner, já tinha com a CEPAL. Você poderia me explicar mais ou menos quando foi que o senador começou a trabalhar com a CEPAL? Porque eu pesquisei e vi que, no início da pandemia, vocês participaram para desenvolver algumas coisas com outros países, algumas reuniões, e o próprio senador Jaques Wagner participou. Eu queria entender

como surgiu esse relacionamento entre a equipe do senador Jaques Wagner no legislativo, no Senado, e a CEPAL.

8° Tiveram visitas presenciais? Porque você falou que foi na pandemia. Então, houve algumas visitas presenciais ou foi tudo online mesmo?

9° Eu queria fazer uma pergunta, que nem estava no meu roteiro, sobre como estão os projetos de lei hoje. Alguns estão mais próximos que outros? Na sua visão, como principal agente do fórum, você acha que os projetos de lei criados vão realmente tramitar? Você acha que algum tem potencial para ser aprovado? Como estão hoje os resultados do Fórum?

10° Essa reunião final que você fala que foi em julho, foi a da apresentação do relatório final na comissão?

11° No momento final, gostaria de saber, se você pudesse me falar quais foram, pensando em todo esse macro que discutimos, quais foram os principais responsáveis, agentes e pessoas, tanto no Brasil, no fórum mesmo, dentro do Senado, quanto na CEPAL, quais foram os principais agentes, as pessoas que realmente guiaram e encabeçaram o projeto? Se não fossem essas pessoas, o fórum não teria dado certo e o relatório não teria sido apresentado, sabe?

APÊNDICE B - PERGUNTAS REALIZADAS NA ENTREVISTA COM ATOR INTERNACIONAL

1º- A primeira pergunta, é para você se apresentar e falar como foi sua trajetória profissional: quais foram os passos que fizeram você chegar hoje à CEPAL e a essa área econômica voltada para o desenvolvimento sustentável. Eu fui pesquisar, obviamente, e vi que já no seu mestrado você começou a estudar essa insustentabilidade do modelo econômico brasileiro. Vi que o seu tema foi voltado para essa área, que é algo que você frisa muito no seu artigo sobre o *Big Push* para o Brasil. Então, eu queria entender como foi esse seu desenvolvimento, desde Economia na USP até o mestrado na UFRJ, já voltado para essa área de meio ambiente. Como foi essa trajetória?

2º- Você fala no texto, que os países da América Latina deveriam aproveitar essa janela de oportunidade para fazer mudanças na base, para poder ter esse grande impulso. E aí minha dúvida, na verdade, nem é exatamente uma dúvida, é para que você pudesse explicar um pouco mais, obviamente trazendo para a realidade brasileira, de como conseguir esses investimentos, quais seriam esses investimentos, e de onde eles vêm. Então eu queria ter essa visão mais macro mesmo: de onde vêm esses investimentos, como eles funcionam, até que ponto e como eles impactam a realidade?

3º- Mas, em relação a isso, esse estudo que vocês estão fazendo ainda está sendo desenvolvido? Ainda não tem publicações sobre?

4º- E, em relação a isso que você falou, estou me lembrando da entrevista com o Entrevistado 1. Quando ele falava, usava justamente a expressão “*Big Push* para a Sustentabilidade”. E aí eu fui ler a parte teórica, e os textos que eu tinha lido falavam em “*Big Push Ambiental*”. Então eu ficava: “Tá, como é que eu chamo isso? É *Big Push Ambiental*? É *Big Push* para a Sustentabilidade?”. Outra coisa com a qual eu tive muita dificuldade, não só eu, mas meu orientador também, foi de como chamar o *Big Push Ambiental*. Porque, ao mesmo tempo em que eu falava com determinada professora, ela dizia: “Ah, é um conjunto de diretrizes”. Outra falava: “Não, eu acho que é um conceito”. Outras diziam: “Talvez seja um plano de desenvolvimento”, ou “uma agenda”. Então, como vocês classificam o *Big Push* para a Sustentabilidade?

5º- (...) Nesse texto é citado que houve uma mudança de perspectiva dentro da CEPAL depois da Agenda 2030 e dos ODS, porque, querendo ou não, eu sinto que houve uma espécie de adaptação interna. Se a ONU passou por esse processo de pensar em sustentabilidade com os ODS e da própria Agenda 2030, a CEPAL também precisou se adaptar enquanto comissão. Então eu queria que você falasse um pouco sobre esse processo mais interno: como aconteceu essa adaptação da teoria cepalina de desenvolvimento econômico para uma perspectiva que não pensa mais apenas o desenvolvimento econômico isoladamente, mas um desenvolvimento econômico atrelado à sustentabilidade? Como esse processo aconteceu? Até que ponto os ODS influenciaram nisso? Basicamente isso.

6º- Outra pergunta, ainda nessa linha do *Big Push*, é como seria esse Grande Impulso para a Sustentabilidade na realidade do Brasil. Como ele poderia ocorrer? E eu já atrelo essa pergunta a uma coisa que acho muito interessante e que vocês citam: para que esse impulso aconteça, é necessária uma coordenação entre atores nacionais, subnacionais e privados. Então, eu queria entender como seria a atuação desses diferentes atores. Porque a gente sabe que os atores privados seguem determinadas lógicas, os atores subnacionais têm outros interesses, e o Estado também tem outros interesses enquanto grande ator nacional. Dessa forma, como esse Grande Impulso aconteceria no Brasil levando em consideração esse conjunto de articuladores?

7º- Uma das perguntas que eu tinha preparado era justamente entender, na sua visão, qual foi a importância do relatório final do Fórum para a mudança sustentável no Brasil. Mas eu vou adaptar um pouco essa pergunta, (...).Então, até que ponto, para que essas propostas sejam aprovadas, é necessário um capital político dentro do Senado e das demais instâncias legislativas? (...) E aí, o que eu queria perguntar é algo mais voltado para a prática: sabendo que ainda é uma realidade bastante difícil, no Brasil, transformar essas propostas em legislação e promover mudanças por meio do processo legislativo, quais seriam os projetos ou políticas que você enxerga como exemplos de iniciativas que já estão produzindo efeitos concretos? Ou seja, quais políticas de sustentabilidade você considera que já estão sendo implementadas de forma prática e que possuem uma conexão mais direta com a abordagem do *Big Push* para a Sustentabilidade defendida pela CEPAL?

8º- Há outros casos, além do Fórum, que você vê que está ligado ao *Big Push* Ambiental, nesse desenvolvimento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade?

9º- Certo, para fazer a última pergunta, para fechar(...). Então, eu queria entender, como foi essa dualidade de atuar nos dois âmbitos: tanto como participante do grupo de trabalho quanto como representante da equipe que prestava apoio técnico ao Fórum?

APÊNDICE C - TABELA COMPARATIVA DOS PROJETOS DE LEI RESULTANTES DO FÓRUM

PL	GT	Situação Atual (21/07/2026)	Tipo de proposta	Ementa original
PL 1855/2022	Bioeconomia	06/05/2026 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Matéria com a relatoria	Criação	Institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB).
PL 1856/2022	Bioeconomia	27/04/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Aguardando Designação do relator	Mudança	Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para possibilitar o acesso a crédito para a promoção de atividades econômicas que utilizem, de modo racional e sustentável, a diversidade biológica.
PL 1857/2022	PRUT	27/04/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Aguardando Designação do relator	Criação	Dispõe sobre normas gerais para políticas públicas em agrobiodiversidade e institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO.
PL 1858/2022	PRUT	17/10/2024 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Matéria com a relatoria	Criação e Mudança	Institui normas gerais para a rastreabilidade social, ambiental e sanitária de produtos de cadeias produtivas da agropecuária, e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, e 12.097, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos, para coibir o desmatamento ilegal e o descumprimento da legislação trabalhista e sanitária.
PL 1859/2022	PRUT	13/07/2026 CAE - Comissão de Assuntos	Criação e Mudança	Altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da

		Econômicos Pronta para a pauta na comissão		Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências, para atualizar e aprimorar seus objetivos e princípios, para estabelecer competências do Poder Público e para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nas áreas que especifica.
PL 1860/2022	PRUT	19/10/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Matéria com a relatoria	Mudança	Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, para dispor sobre o estímulo à inovação e às tecnologias sociais voltadas para o aumento da produtividade da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais.
PL 1861/2022	PRUT	06/10/2025 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Matéria com a relatoria	Mudança	Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionaliza o crédito rural, para criar modalidade de crédito para o fortalecimento da agricultura familiar e de empreendimentos familiares rurais, para a garantia de recursos suficientes para o seu financiamento e para a dispensa de jovens rurais da apresentação de garantias.
PL 1862/2022	PRUT	13/09/2023 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Matéria com a relatoria	Mudança	Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, para garantir a contratação e cobertura integral de perdas, pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar – PROAGRO Mais, de quaisquer culturas, contempladas ou não por zoneamento agrícola de risco climático.
PL 1863/2022	PRUT	07/06/2024 CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Matéria com a relatoria	Criação	Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de produtos agroindustriais.
PL 1864/2022	PRUT	07/08/2025 CRA - Comissão de Agricultura e	Mudança	Altera a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, para

		Reforma Agrária Matéria com a relatoria		fortalecer ações voltadas aos povos e comunidades tradicionais e aos agricultores familiares.
PL 1865/2022	PRUT	15/05/2024 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Matéria com a relatoria	Mudança	Dispõe sobre a integração dos sistemas de cadastro de terras rurais e ambiental rural com os sistemas de registros públicos, e altera as Leis nºs 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 12.651, de 25 de maio de 2012, para obter melhor conhecimento da realidade agrária e ambiental rural do País e aprimoramento das políticas públicas pertinentes.
PL 1866/2022	PRUT	28/04/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Aguardando designação do relator	Mudança	Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, para modificar os conceitos relativos à adequada utilização dos recursos naturais disponíveis e de preservação do meio ambiente, voltados ao cumprimento da função social da propriedade.
PL 1867/2022	PRUT	12/11/2025 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Aguardando designação do relator	Mudança	Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR” e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa”, para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento.
PL 1868/2022	PRUT	11/04/2024 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (2ª Comissão) Aguardando designação do relator	Mudança	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para atualizar e aprimorar seus fundamentos e

				diretrizes, incluir como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos prioridade para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, considerada a realidade de acesso à água por populações vulneráveis rurais e urbanas, garantir procedimento simplificado e políticas de subsídios para a outorga de uso de recursos hídricos a agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais e demais beneficiários previstos na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e incluir critérios ambientais para a fixação de valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos.
PL 1869/2022	Cidades Sustentáveis	26/08/2025 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Matéria com a relatoria	Mudança	Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a existência de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano; 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima em projetos desenvolvidos em cinturões verdes; 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer a resiliência e a adaptação das cidades como objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima; 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer medidas associadas à criação de cinturões verdes; e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.
PL 1870/2022	Cidades Sustentáveis	28/04/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Aguardando designação do relator	Criação e Mudança	Institui o Programa Nacional de Garantia de Empregos Verdes Urbanos e Rurais e altera as Leis nos 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para incluir a atividade de execução de programas e projetos intensivos em mão de obra destinados a ações de conservação ambiental entre aquelas definidas como necessidade temporária de excepcional interesse público; 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para incluir nova diretriz na Política Nacional sobre Mudança do

				Clima e prever planos subnacionais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima; e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para estabelecer requisito às transferências da União para ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas ou com o risco de serem atingidas por desastres.
PL 1871/2022	Cidades Sustentáveis	07/06/2023 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Aguardando audiência pública	Mudança	Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar o alcance do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e adequá-lo a objetivos de mitigação e adaptação à mudança do clima e de geração de renda em atividades sustentáveis nos meios urbano e rural.
PL 1872/2022	Cidades Sustentáveis	28/04/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Aguardando designação do relator	Criação e Mudança	Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências, para instituir a Política Nacional de Cofinanciamento Ambiental e Climático.
PL 1873/2022	Cidades Sustentáveis	28/11/2023 CE - Comissão de Educação e Cultura Aguardando audiência pública	Criação e Mudança	Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, para estabelecer temas que devem ser abordados no âmbito da educação ambiental; para incluir, dentre os princípios da educação ambiental, a conscientização acerca das mudanças climáticas; para prever a criação de programa nacional de promoção das escolas sustentáveis; e para garantir espaços semanais interdisciplinares que tratem de educação ambiental, na grade curricular da educação básica.
PL 1874/2022	Economia	08/05/2026	Criação e	Institui a Política Nacional de Economia Circular e altera a Lei nº

	Circular e Indústria	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria com a relatoria (Projeto foi apensado ao PL 1755/2022 na câmara de deputados e agora volta ao Senado para análise do substitutivo)	Mudança	10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para adequá-las à nova política.
PL 1875/2022	Economia Circular e Indústria	28/04/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Aguardando designação do relator	Mudança	Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir que sejam deduzidos do lucro líquido para fins tributários os dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para projetos de sustentabilidade.
PL 1876/2022	Economia Circular e Indústria	28/04/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Aguardando designação do relator	Criação e Mudança	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para instituir o Regime Fiscal Verde.
PL 1877/2022	Economia Circular e Indústria	28/04/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Aguardando designação do relator	Mudança	Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para autorizar a apropriação imediata de créditos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) decorrentes da entrada no estabelecimento de bens de capital “verdes” destinados ao ativo permanente.
PL 1878/2022	Energia	15/09/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Matéria com a relatoria	Criação	Cria a Política que regula a produção e usos para fins energéticos do Hidrogênio Verde.
PL 1879/2022	Energia	31/10/2024	Criação e	Cria a Política de Produção e Uso do Biogás e do Biometano, e

		CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Aguardando designação do relator	Mudança	altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.
PL 1880/2022	Energia	14/04/2026 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Aguardando designação do relator	Criação	Cria programa de incentivos para a produção em escala de células de combustível, aproveitando o potencial das cadeias de valor do hidrogênio, etanol e biogás.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Senado Federal (Brasil, 2026a) e do Congresso Nacional (Brasil, 2026b).